



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Portal Senado

Data: 01/11/2011

Link: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/>

Caderno / Página: - / -

Assunto: CNBB, índios e pequeno produtor pedem mudanças

CNBB, índios e pequeno produtor pedem mudanças

Relator na CMA, Jorge Viana aponta necessidade de entendimento com a Câmara e o governo sobre mudanças no projeto de Código Florestal

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras entidades que integram o Comitê Brasil em Defesa das Florestas apresentaram ontem aos senadores sugestões ao projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11), para restringir atividades em áreas de preservação permanente (APPs) e de reserva legal.

A principal modificação sugerida diz respeito a artigo do projeto que autoriza a manutenção de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural existentes em APPs até 22 de junho de 2008 — data da edição do Decreto 6.514/08, que determina punições para crimes contra o meio ambiente.

Para Raul do Valle, do Instituto Socioambiental (ISA), a data é "inconcebível", uma vez que a última modificação na delimitação de APPs foi em 1986. Ele propôs que, pelo menos, seja acolhida emenda de Aloysio Nunes (PSDB-SP), apresentada quando da tramitação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), estabelecendo como marco temporal o dia 24 de agosto de 2001, data da edição da Medida Provisória 2.166-67, que alterou regras para áreas protegidas.

A emenda foi rejeitada pelo relator na CCJ, Luiz Henrique (PMDB-SC). Atualmente, o projeto tramita nas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e Agricultura (CRA), onde também é relatado por Luiz Henrique. Na semana passada, o senador apresentou seu substitutivo nessas comissões e manteve 2008 como marco temporal para a regularização de atividades em APPs.

Segundo Raul do Valle, sob argumentos em defesa de cultivos históricos, como de café, em Minas Gerais, e de uva, no sul do país, poderão ser consolidadas atividades insustentáveis, como as pastagens nas margens de rios e morros.

O dirigente do ISA também rebateu argumento relacionado ao custo da recuperação das APPs, citando pesquisas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) que indicam práticas simples de recuperação da vegetação, a partir do isolamento da área desmatada.

Senador(es) Relacionado(s):

Aloysio Nunes Ferreira

Luiz Henrique